

PROJETO DE LEI MUNICIPAL N.º 079/2015

Dispõe sobre a contratação temporária de excepcional interesse público e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Selbach-RS em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 7º, inciso II, da Lei Orgânica do Município, remete a apreciação desta Augusta Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei.

Art. 1º. - Autoriza o Poder Executivo a efetivar contratações, em caráter temporário de excepcional interesse público, nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal e Lei Municipal 2.680/2009, para que haja a manutenção dos serviços públicos essenciais e primordiais Secretaria Municipal de Educação da Administração Municipal.

Art. 2º. - São os seguintes, os profissionais a serem contratados: 01 (um) professor de Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano/série na disciplina de Matemática; 01 (um) professor de Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano/série na área de Estudos Sociais com habilitação plena em História ou Geografia ou Licenciatura em História ou Geografia e 02 (dois) Professores de Ensino Fundamental anos iniciais, todos cargos com carga horária de 22 horas semanais, devendo atender a titulação mínima prevista na Lei

Art. 3º. - A vigência das contratações serão de 180 (cento e oitenta) dias, a partir do mês de fevereiro de 2016, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 4º. - A remuneração dos profissionais contratados, será equivalente aos padrões e níveis correspondentes aos cargos descritos no artigo 2º desta Lei, correndo as despesas à conta da dotação específica para os cargos.

Art. 5º.- Esta Lei entrará em vigor na data de sua promulgação e publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, em 04 de dezembro de 2015.

Stelamaris Gobbi
Prefeita Municipal em Exercício

Registre-se, publique-se e
Cumpra-se, em 04.12.2015

Marli Teresinha Tonello Reis
Secretária de Administração,
Fazenda e Planejamento

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL N.º 079/2015
DE 04 DE DEZEMBRO DE**

MENSAGEM

ASSUNTO: Dispõe sobre Contratações Temporárias de Excepcional Interesse Público e dá Outras Providências.

PROPONENTE: PODER EXECUTIVO

TRAMITAÇÃO: REGIME NORMAL

FUNDAMENTAÇÃO: Competência da Lei Orgânica do Município, art. 7º, inciso II.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores.

Anexo encaminhamos a esta Egrégia Câmara, o Projeto de Lei Municipal n.º 079/2015 para o qual pedimos apreciação no regime normal desta Casa.

Dessa forma o presente projeto de Lei autoriza o Município de Selbach a contratar temporariamente e de excepcional interesse público, para suprir a deficiência de pessoal no quadro de professores do Município de Selbach/RS para fazer frente a resolutividade da demanda deste importante serviço:

- necessidade primordial em manter a execução de serviços essenciais de atendimento à educação, indispensável à comunidade;

- necessidade de substituir Professoras que requereram exoneração, aposentadoria e para substituir professores em função de Direção.

Por tais razões encaminhamos o presente projeto de Lei que irá beneficiar os alunos do nosso Município.

Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemo-nos, renovando elevados protestos de estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Stelamaris Gobbi
Prefeita Municipal em Exercício

EXMO. SRA.

LISETE TONELLI BAUMGRATZ

PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES

-NESTA-

ANEXO I
CARGO: PROFESSOR - DOCENTE

- a) **Síntese de Deveres:** Participar do processo de planejamento e elaboração da proposta pedagógica da escola; orientar a aprendizagem dos alunos; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino.
- b) **Síntese de Atribuições:** Elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; levantar e interpretar os dados relativos à realidade de sua classe; zelar pela aprendizagem do aluno; ter planejamento das aulas, estabelecer os mecanismos de avaliação; implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; organizar registros de observação dos alunos; participar de atividades extra-classe; realizar trabalho integrado com o apoio pedagógico; participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; colaborar com as atividades e articulação da escola com as famílias e a comunidade; integrar órgãos complementares da escola; executar tarefas afins com a educação.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Carga horária semanal de 22 horas.

REQUISITOS PARA O PREENCHIMENTO DO CARGO:

- a) Idade mínima de 18 anos

b) Habilitação:

b.1) Para educação infantil e os anos/séries iniciais do ensino fundamental: formação em curso superior de graduação plena com habilitação específica para o nível; ou curso normal superior, admitida como formação mínima a obtida em nível médio, na modalidade normal.

b.2) Para os anos/séries finais do ensino fundamental: Formação em curso superior de graduação plena correspondente à área de conhecimento específico ou disciplina respectiva ou complementação pedagógica, nos termos da legislação vigente.